

Os Desafios da Parentalidade em Contextos de Vulnerabilidade Social: Intervenções na Comunidade

The Challenges of Parenting in Contexts of Social Vulnerability: Community Interventions

Los Desafíos de la Parentalidad en Contextos de Vulnerabilidad Social: Intervenciones en la Comunidad

Les Défis de la Parentalité dans des Contextes de Vulnérabilité Sociale : Interventions Communautaires

 10.5020/23590777.rs.v25iEsp.e15130

Isael de Jesus Sena  

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Université Paris 8 (cotutela), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Professor do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Lorena Nascimento Ribeiro  

Psicóloga (CRP 03/34167) pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), psicanalista em formação pelo Núcleo de Atendimento em Psicanálise (NAPSI), bacharela em Direito pela Universidade Salvador (UNIFACS) e especialista em Direito do Estado pela Faculdade Baiana de Direito.

Camila Ramos de Souza Lima  

Psicóloga (CRP 03/32655) pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Anna Paula Azevedo Ferreira Almeida  

Psicóloga (CRP 03/34999) pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Pós-graduanda em Psicopatologia e Determinantes Sociais em Saúde pela Faculdade Santa Casa.

Resumo

Este artigo analisa os desafios da parentalidade no que se refere ao cuidado e à proteção de crianças e adolescentes assistidos por uma instituição sob a gestão de freiras, que vivenciam situações de vulnerabilidade individual, social e programática em um bairro periférico de uma cidade da Região Metropolitana de Salvador, na Bahia. O projeto de extensão contou com 11 participantes — mulheres pardas e negras, com exceção de um pai —, com idades entre 25 e 69 anos, oriundos de classes populares. Foram realizados quatro encontros, denominados *Ateliês de Conversa*, baseados na perspectiva psicossocial, a qual considera os determinantes sociais como geradores de sofrimento ético-político. Os resultados evidenciaram que os responsáveis demonstraram interesse e engajamento em participar ativamente do cotidiano e das experiências escolares das crianças e adolescentes. Além disso, revelaram medos e projeções relacionados aos ciclos de violência geracional nas famílias e ao enfrentamento do racismo, fatores que podem interferir no futuro dos jovens.

Palavras-chave: parentalidade, vulnerabilidade social, psicologia, comunidade, intervenções.

Abstract

This article analyzes the challenges of parenthood regarding the care and protection of children and adolescents assisted by an institution management of nuns, who experience individual, social, and programmatic vulnerability in a peripheral neighborhood of a city in the Metropolitan Region of Salvador, Bahia. The extension project involved 11 participants, brown and black women, with the exception of one father, aged 25 to 69, from a lower-class background. Four meetings called conversation workshops were held, based on the psychosocial

perspective that considers social determinants as generators of ethical-political suffering. The results highlight the interest and engagement of caregivers in actively participating in the daily lives and school experiences of children and adolescents, addressing fears and projections regarding cycles of generational violence in families and confronting racism that may interfere with the future of young people.

Keywords: *parenthood, social vulnerability, psychology, community, interventions.*

Resumen

Este artículo analiza los desafíos de la parentalidad en relación con el cuidado y la protección de niños, niñas y adolescentes atendidos por una institución gestionada por religiosas, quienes experimentan situaciones de vulnerabilidad individual, social y programática en un barrio periférico de una ciudad de la Región Metropolitana de Salvador, en el estado de Bahía, Brasil. El proyecto de extensión contó con la participación de 11 personas —mujeres mestizas y negras, con excepción de un padre—, con edades comprendidas entre 25 y 69 años, pertenecientes a sectores populares. Se realizaron cuatro encuentros, denominados Talleres de Conversación, basados en una perspectiva psicosocial que considera los determinantes sociales como generadores de sufrimiento ético-político. Los resultados evidenciaron que las personas responsables mostraron interés y compromiso para participar activamente en la vida cotidiana y en las experiencias escolares de los niños, niñas y adolescentes. Asimismo, manifestaron temores y proyecciones relacionados con los ciclos de violencia intergeneracional en las familias y con el afrontamiento del racismo, factores que pueden influir en el futuro de los jóvenes.

Palabras clave: *parentalidad, vulnerabilidad social, psicología, comunidad, intervenciones.*

Résumé

Cet article analyse les défis de la parentalité en ce qui concerne la prise en charge et la protection des enfants et des adolescents accueillis par une institution gérée par des religieuses, qui vivent des situations de vulnérabilité individuelle, sociale et programmatique dans un quartier périphérique d'une ville de la région métropolitaine de Salvador, à Bahia. Le projet d'extension a réuni 11 participantes —des femmes métisses et noires, à l'exception d'un père —, âgées de 25 à 69 ans et issues des classes populaires. Quatre rencontres ont été organisées, appelées Ateliers de Conversa, fondées sur la perspective psychosociale, qui considère les déterminants sociaux comme générateurs de souffrance éthico-politique. Les résultats ont montré que les responsables ont manifesté de l'intérêt et un engagement à participer activement à la vie quotidienne et aux expériences scolaires des enfants et des adolescents. De plus, ils ont mis en lumière des peurs et des projections liées aux cycles de violence intergénérationnelle au sein des familles et à la lutte contre le racisme, des facteurs susceptibles d'influer sur l'avenir des jeunes.

Mots-clés : *parentalité, vulnérabilité sociale, psychologie, communauté, interventions.*

O termo parentalidade foi utilizado pela primeira vez pela psicanalista húngara Therese Benedeck, em 1956, nos Estados Unidos, ao proferir a palestra intitulada: “Parentalidade como uma fase de desenvolvimento: uma contribuição para a teoria da libido”, produto de seus estudos acerca do complexo processo psicológico de *tonar-se-pai* e de *tornar-se-mãe* (Tafuri et al., 2015, p.63). Quando cunhado, o respectivo neologismo dizia respeito a uma fase de desenvolvimento libidinal relacionada ao *vir a ser pai/mãe*. Nesse sentido, Teperman (2020) não nos deixa esquecer, contudo, que “nenhuma nomeação é neutra e, menos ainda, separável da época em que foi forjada” (p. 78).

Como nos adverte Iaconelli (2020), pensar a parentalidade sob uma perspectiva desenvolvimentista nos coloca diante da inevitável questão do que se poderia dizer dos sujeitos que não tiveram filhos. Afinal, a maternidade e a paternidade não acontecem necessariamente, visto que são contingenciais. No entanto, não é só essa a advertência. A parentalidade, pensada dentro de um modelo patriarcal – predominante à época da criação do neologismo e bastante idealizada na sociedade atual –, também admite outros equívocos, uma vez que ofusca os seus conflitos, as suas relações de poder e a violência.

Dessa forma, associar a parentalidade a simples instrumentalização da paternidade/maternidade, por exemplo, poderia conduzir-nos, equivocadamente, a cuidadores que, dotados de um suposto saber, poderiam transmiti-lo de forma replicada, garantida e dessubjetivada, sem quaisquer restos ou arestas, aos seus rebentos (Iaconelli, 2020). Tal concepção, entretanto, não parece a interpretação mais acertada, aproximando-se do que Teperman (2020) denominou de parentalidade normativa e ortopédica. Segundo a autora, a dimensão ortopédica da parentalidade se alinha ao impulso da família de corrigir as imperfeições da civilização. Seria o discurso revestido da

ilusão de harmonia, anunciando-a sob a forma de eficiência e de competência parental, como se fosse possível — e desejável — uma família perfeita e sem restos. [...] discursos que investem na figura de pais competentes, implicados em um modo de vida voltado à educação das crianças e despojados dos dramas que a família comporta (Teperman, 2020, p. 83).

Aqui, a parentalidade que se busca destacar deve ser compreendida como um conjunto de ações inaugurado com o nascimento ou a chegada de um bebê/criança em determinada relação social, voltado a intermediar a constituição subjetiva da criança e a reconhecê-la como pertencente a um sistema familiar — seja ele homoparental, heteroparental, tentacular, monoparental ou de outra configuração.

Ressaltamos que, embora a parentalidade se inaugure com o nascimento, este não determina, automaticamente, as funções parentais, como nos ensina Teperman (2020): “Estas requerem um processo delicado de reordenamento simbólico e não dependem dos laços biológicos, nem são naturalmente produzidas por eles. A transmissão familiar é da ordem do inconsciente, implica a subjetividade de cada um dos envolvidos” (p. 88).

Quanto às famílias, Teperman (2020) pontua que “não existe uma forma de organização familiar ideal que poderia garantir as condições necessárias para a constituição do sujeito” (p. 79). A autora acrescenta que os elementos que definem a família variam de acordo com a ordem social que os produz. A parentalidade, potencialmente transmissora dos elementos necessários à perenização do processo de humanização, deve possuir a complexidade capaz de abarcar os aspectos estruturais das relações envolvidas; considerar o mal-estar inerente a essas relações; pressupor laços diversos; envolver a transmissão de valores culturais e de lugares sociais e, finalmente, dialogar, como salienta Rosa (2020), com as dimensões próprias ao público (política) e ao privado (família). Nessa direção, Dunker (2020) observa: “cada qual inventa sua parentalidade a partir da mitologia de sua família, das narrativas de sua cultura, bem como da constelação específica que preside a chegada do novo ser” (p. 45).

Como cuidadores singulares respondem de maneira singular ao campo parental, nascer na periferia implica submeter-se a fenômenos sociais, políticos e econômicos distintos daqueles que circundam aquela criança nascida em condições mais privilegiadas — isso não significa a inexistência de outros desafios, mas a ausência das marcas das situações de vulnerabilidade social que impedem o desenvolvimento integral do sujeito. Dito de outra forma, os contextos marcados pela situação de vulnerabilidade social deixam uma marca na parentalidade e nos filhos que a inauguram, sinalizando, subjetivamente, todos os sujeitos envolvidos (Neves, 2021).

A vulnerabilidade social, como destacou Klautau (2017), relaciona-se com a ausência ou a insuficiência de condições de acesso a bens materiais, bem como a serviços capazes de suprir aquilo cuja falta torna o indivíduo vulnerável. Nesse sentido, a conhecida distribuição desigual dos recursos disponíveis socialmente resulta em um acesso limitado a “[...] meios de comunicação, escolarização, [...], poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas” (Ayres et al., 2003, p. 127). Ademais, ressaltamos que o conceito de vulnerabilidade é emergente, em construção, e requer cuidadosa vigilância terminológica para que sua potencialidade particular — essencial, por exemplo, à definição de políticas públicas — não se perca, já que pode ser facilmente confundido com um “modismo” puramente retórico, em sentido pejorativo (Ayres et al., 2003). Ainda acerca da vulnerabilidade, a parentalidade exercida em contextos de desigualdade social repercute nas funções parentais sob a forma de sentimentos de insegurança, inadequação e desamparo social. Nesse sentido, quando a injustiça, a exploração e a repressão se tornam moeda corrente, a vida cotidiana transforma-se em um pesadelo. A experiência diária de desencantamento e não pertencimento faz da “cidadania” uma ideia natimorta. Desse modo, uma parte significativa da população permanece à deriva (Sena & Lajonquière, 2020).

Nessa direção, nossa reflexão aponta para a necessidade de criarmos condições sociopolíticas que permitam à parentalidade — como criação discursiva na qual se organizam funções e lugares simbólicos — não sucumbir ao desamparo social. Rosa (2016)

observa, então, que, nesse contexto de vulnerabilidade social, a parentalidade frequentemente se encontra revestida de apatia, solidão, emudecimento, reprodução subjetiva da violência, bem como de pobreza afetiva e intelectual. Tais características encobrem a possibilidade de promover uma elaboração simbólica, capaz de conferir um formato sintomático ao que é vivenciado como traumático.

De fato, o sujeito alienado do discurso da exclusão social pode resistir, desde que encontre brechas nas próprias estruturas sociais para poder se manifestar e mudar a sua posição subjetiva de subalternidade. Para Neves (2021), a promoção da escuta sob a orientação psicanalítica, nesses contextos, seria uma forma de romper com o pacto social de silenciamento, de modo a suscitar reflexões sobre os efeitos subjetivos da pobreza.

Nesse cenário de vulnerabilidade social, precisamos investir em dispositivos de escuta e acolhimento que possibilitem aos sujeitos, por meio da relação com a palavra, ou seja, por meio de sua função política, refletirem como se agenciam discursivamente e a posição subjetiva que ocupam no laço social. Além disso, o exercício de reflexão pode apontar outros horizontes, isto é, formas de exercício de parentalidade e outras formas de mais cuidados coletivos para aqueles que exercem funções parentais em condições adversas.

O objetivo deste artigo é refletir e analisar os desafios da parentalidade no que se refere ao cuidado e à proteção de crianças e adolescentes que vivenciam situações de vulnerabilidade individual, social e programática em um bairro periférico de uma cidade na Região Metropolitana de Salvador, na Bahia, assistidos por uma instituição gerida por freiras.

Percurso Metodológico

Trata-se de um projeto de extensão realizado por três discentes que cursavam, à época, o 7º semestre de Psicologia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a supervisão e coordenação do professor da referida instituição de ensino. Como destacou Neiva (2010), a intervenção com enfoque psicossocial não tem a pretensão de abranger todas as necessidades do grupo, da instituição, da organização ou da comunidade, mas centra-se nas necessidades mais prementes e viáveis de intervenção, para que, assim, possa estabelecer os focos. Nesse sentido, enfatizamos os desafios da parentalidade no cuidado e na proteção de crianças e adolescentes assistidos pela instituição.

Em relação aos aspectos éticos, asseguramos que, na fase inicial da intervenção psicossocial, todos os participantes conheceram antecipadamente os objetivos da proposta. Ademais, concordaram com a gravação dos relatos, considerando a preservação do anonimato, inclusive distorcendo qualquer forma direta de identificação, e anuíram com a divulgação, na forma de artigo, dos resultados do trabalho, que, posteriormente, seriam socializados com o grupo. Nesse sentido, embora não se trate de relatos que configurariam um enquadre de pesquisa empírica, fomos rigorosos em cumprir com as recomendações, de acordo com a Resolução nº 466/12 e nº 510 (2016), em consonância aos aspectos éticos preconizados pelas normas em investigações com seres humanos.

Contexto

No que se refere ao contexto do projeto e dos participantes, os encontros foram desenvolvidos com famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, beneficiárias de programas sociais cujos filhos/netos/sobrinhos são assistidos por uma instituição, financiada pela Caritas-BA e sob a gestão de freiras que moram naquela comunidade. A instituição, sem fins lucrativos, realiza atividades que se caracterizam como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), buscando integrar e promover o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes em um bairro periférico de uma cidade na Região Metropolitana de Salvador, na Bahia.

A demanda pela intervenção foi formalizada pela coordenação da instituição para intervir junto às famílias, com o objetivo de promover reflexões sobre a participação dos adultos no cuidado mais amplo às crianças e aos adolescentes matriculados nas atividades do projeto. Nesse mesmo contexto, fomos informados de que as composições familiares eram diversificadas e, portanto, o conceito de parentalidade mostrou-se oportuno para compreender seus desafios, limites e possibilidades.

Sujeitos

O público-alvo foi constituído de 11 pessoas com os seguintes perfis: avós, mães solas, tias e apenas um pai. A idade variava entre 25 e 69 anos e os participantes exerciam trabalhos informais, como diarista, vendedora de cosméticos, vendedora de salgados, donas de casa, aposentada e um pai que atuava como pedreiro e jardineiro. Nosso intuito não foi apenas conhecer e ampliar as estratégias desenvolvidas e utilizadas na parentalidade, mas também estimular o compromisso e a sensibilização dos adultos em relação à formação escolar de seus tutelados.

A princípio, o desenho do projeto buscou fomentar a visualização de diferentes configurações familiares. Contudo, ao longo de seu desenvolvimento, observou-se uma participação majoritariamente feminina. Atribuiu-se esse dado, principalmente, ao fato de parte das famílias possuir configurações monoparentais, nas quais predominam referências femininas. Uma porcentagem das participantes relatou, ainda, que as jornadas exaustivas de trabalho e o deslocamento de difícil acesso ao local influenciaram a adesão masculina aos encontros. Além disso, a distribuição dos papéis de gênero nas organizações familiares atribuía ao homem a função de provedor do sustento e, à mulher, a responsabilidade pelas demandas domésticas — o que incluía o acompanhamento da jornada de aprendizagem das crianças e dos adolescentes.

Atribuímos nomes fictícios aos participantes, utilizando, para isso, nomes de personagens públicos (Clarice, Cecília, Cora, Conceição, Adélia, Simone, Virgínia, Ágata, Lygia, Bell e Ariano). Essa escolha foi adotada em razão da retomada dos enunciados *a posteriori*. Destacamos, porém, que se trata de pessoas que ocupam um lugar de fala privilegiado. Nesse sentido, a analogia se aplica aos participantes das rodas de conversa, que se sentiram acolhidos e tiveram assegurado um espaço para se expressar sem julgamentos.

Estratégia de Intervenção

As rodas de conversa conduzidas inspiraram-se nos quatro níveis de intervenção, a partir de certo esgotamento ou revelação do nível anterior:

1. Queixa: externalização de reclamações, de problematizações e de culpabilizações a respeito do “que não funciona” ali. 2. Implicação: “Qual é a sua responsabilidade na desordem da qual se queixa?”, como pergunta Freud à Dora, no sentido de revelar o que cada um faz ou como age, de modo a contribuir para que o seu sintoma ou o sintoma de sua escola possa existir e manter-se. 3. Microsoluções: “O que eu fiz com o que fizeram de mim?”, como se autointerroga Sartre, no sentido de compreender o que cada indivíduo, sozinho ou em pequenos grupos, realiza como tentativa cotidiana e microfísica de solução dos sintomas — de destravamento daqueles que, muitas vezes, podem passar despercebidos diante da problemática. 4. Politização de soluções: com uma intervenção orientada para o sintoma, busca-se dar visibilidade às microsoluções, aproximá-las, quando similares, para criar potência, politizá-las e vetorizá-las na direção do bem comum institucional e da elaboração de problemas (Pereira, 2020).

Nomeamos nossos encontros como *Ateliê de Conversa*. Assim, partimos de uma perspectiva dialógica e ativa, como um espaço para aprendermos juntos, em uma comunidade periférica, a politizar a palavra, a convidar os sujeitos a deslocarem-se das suas queixas, repensando outros modos de viver, conviver e compartilhar experiências a partir de “abordagens dialógicas, compreensivas e ativas”, conforme pontua Góis (2012).

Tecendo os Fios no Ateliê de Conversa

Realizamos quatro rodas de conversa com 11 adultos responsáveis diretamente pelas crianças e adolescentes matriculados na instituição. No primeiro encontro, solicitamos que todos se sentassem em círculo. O coordenador pedagógico nos apresentou e, em seguida, exibimos formalmente nossa proposta, que seria realizada a partir de uma situação diagnóstica construída com base na visita técnica dos estudantes do curso de Psicologia e em reunião com a equipe de gestores da instituição. As famílias mostraram-se receptivas e acolhedoras à medida que utilizávamos palavras de fácil compreensão.

Com o objetivo de gerar engajamento e livre circulação da palavra, selecionamos um conjunto de imagens do cotidiano, como escola, livros, crianças pardas e negras com fardas, transporte escolar, pessoas no exercício da profissão (por exemplo, um homem negro com jaleco e um estetoscópio no pescoço – simbolizando o médico; um homem pardo com equipamento de segurança, realizando um trabalho em uma plataforma de petróleo; mulheres jovens negras e pardas exercendo profissões diversas, entre outros). Solicitamos aos participantes que compartilhassem com os demais membros do grupo suas percepções evocadas a partir das imagens apresentadas. Nesse primeiro encontro, foi unânime a associação das imagens com as condições concretas de existência, como moradores de uma comunidade periférica que enfrentavam um conjunto de problemas estruturais que tornavam difícil a realização de projetos pessoais, apesar da existência da instituição financiada pela Cáritas, naquele contexto.

Nessa direção, organizamos as discussões em quatro seções. Primeiramente, abordamos aspectos da vulnerabilidade social que inviabilizam a garantia de transporte, saúde e segurança, todos associados à plena educação. Na sequência, refletimos sobre a controversa “herança” deixada pelos pais para que os filhos pudessem desfrutar de uma trajetória escolar e profissional “segura”. Ademais, refletimos sobre o reconhecimento deles acerca do racismo estrutural e as possíveis saídas e ressignificações apresentadas pelos participantes. Por fim, destacamos o desejo dos responsáveis em romper com ciclos de violência intergeracional.

A Comunidade entre o Esquecimento e a Passividade dos Sujeitos

O primeiro encontro contou com o engajamento de todos os participantes, pois as imagens socializadas evocavam o papel da escolarização formal como via de acesso à qualificação profissional, abrindo possibilidades para outras formas de existência menos precárias. Durante a associação das imagens do ônibus escolar — transporte que conduzia as crianças e adolescentes às escolas, à creche e ao Projeto “Construindo o Amanhã” — surgiram debates, assim como em relação à imagem de um jovem negro com estetoscópio, que remetia, inicialmente, à figura do médico e à representatividade do negro na sociedade contemporânea. As figuras foram contextualizadas e projetadas a partir dos desafios vivenciados pelos sujeitos da comunidade. Nesse cenário, três problemas foram destacados pelos membros do grupo, relacionados entre si: acesso precário ao transporte coletivo, baixa cobertura de problemas de saúde e segurança pública.

Elegemos alguns enunciados: “Deixamos os meninos na escola às 08h e só chegamos em casa às 12h”. Nesse primeiro excerto, observamos a garantia do transporte escolar prevista em lei, inclusive com um ônibus novo. No entanto, as mulheres relatavam que o retorno para casa não poderia ser assegurado, devido à dificuldade de acesso ao transporte público. De modo geral, o acesso a essa comunidade depende de micro-ônibus ou do transporte informal chamado “ligeirinho” — carros particulares que não são fiscalizados. Esses deslocamentos entre a escola e a casa encontram-se, portanto, comprometidos pela precariedade do transporte. Nesse sentido, os responsáveis pelas crianças manifestaram insatisfação com a perda de tempo, que poderia ser minimizada com a disponibilização de mais ônibus.

Ademais, a imagem do jovem de jaleco branco remeteu à dificuldade de agendar atendimentos especializados nas unidades básicas de saúde: “É difícil marcar um pediatra”; “Estou na fila da regulação esperando há meses os exames”.

As declarações foram unânimes nesse sentido, revelando uma insatisfação coletiva. Nesse aspecto, não basta apenas a existência de uma unidade de saúde capaz de executar seus diversos programas, em realidade, deve ser melhorada a forma de acesso a eles e superadas as dificuldades, provavelmente geradas pelo excesso de demanda.

A imagem que apresentava crianças sendo alimentadas com comidas básicas, sentadas em torno de uma mesa, foi prontamente associada ao desemprego generalizado, que impede que direitos básicos sejam garantidos. Os participantes relataram que enfrentavam dificuldades diversas decorrentes da falta de perspectivas geradas, até mesmo pela baixa oferta do trabalho informal. As discussões acaloradas pelo grupo levaram a associar, ainda que de forma superficial, o desemprego com o “aumento da criminalidade”. Sabemos que essa relação não é linear, mas os moradores das periferias declararam que os adolescentes que vivem sem perspectivas são cooptados para vender drogas e são aliciados pelos traficantes. Conforme declarou Lygia (44 anos, Ensino Fundamental I incompleto): “Quando a gente tem trabalho, temos dignidade e o sentido da vida, que evita cometer crimes”. Nesse sentido, o projeto que acolhe as crianças e os adolescentes cumpre uma função social relevante nesse contexto, marcado por uma teia múltipla e complexa com várias camadas de problemas sociais e estruturais. Como resumiram Clarice (28 anos, Ensino Fundamental I incompleto) e Simone (25 anos, Ensino Fundamental I incompleto): “Falta, pra gente, oportunidade, estudo e experiência. Então, não se consegue um emprego com carteira assinada”. Conceição (24 anos, Ensino Fundamental II incompleto) assim se manifestou: “Eles pedem experiência, mas se eles não derem oportunidade, como a gente vai conseguir mostrar, como a gente vai ter essa experiência?”. Nessa sequência, Lygia constatou que: “Falta muito trabalho, por isso muitos jovens vão para o mundo do crime por falta de oportunidades”.

As declarações anteriores evidenciam tanto inconformismo quanto consciência crítica, perceptíveis na forma como as participantes, em seus enunciados, demonstram capacidade reflexiva acerca de sua realidade. No entanto, quando a análise passa a exigir uma percepção coletiva dos problemas comunitários, destaca-se um cenário de polarização discursiva. De um lado, as mulheres do grupo afirmaram, em coro: “A comunidade está esquecida pela prefeitura”, evocando, assim, a insuficiência no funcionamento dos equipamentos e serviços públicos e, conseqüentemente, a baixa cobertura das políticas públicas locais.

Por outro lado, após as manifestações de descontentamento generalizado, Clarice lembrou aos presentes que havia mobilizado uma manifestação pública com o objetivo de chamar a atenção dos gestores municipais, constatando que: “Falta aqui a união. Organizamos o protesto, poucas mães vieram”. Na sequência, Ágata (31 anos, Ensino Médio incompleto) acrescentou: “Quem quer, corre atrás”, evidenciando as contradições presentes nos próprios discursos e nas posições assumidas pelas participantes. Seu enunciado aponta para uma dimensão dialética do problema, situada entre o engajamento social — entendido como a disposição para atuar ativamente em prol das transformações desejadas — e a passividade, aspecto pouco reconhecido pelas participantes quando relatavam as dificuldades vivenciadas pela comunidade.

Essa tensão é sintetizada pela percepção de Bell (46 anos, analfabeta funcional), ao afirmar: “Aqui [na comunidade], cada um só olha para o seu umbigo. É farinha pouca, meu pirão primeiro”. A expressão popular utilizada remete à dicotomia entre o individual e o coletivo, revelando o conflito entre a luta pela própria sobrevivência e o compromisso com demandas mais amplas da comunidade. Observa-se, nesse contexto, que as necessidades coletivas nem sempre são percebidas como prioritárias, sobretudo quando as participantes são convocadas a reivindicar publicamente seus direitos. Desse modo, verifica-se que, à medida que diminuem os níveis de participação social e de implicação coletiva, tende a aumentar a atribuição de responsabilidade ao outro — neste caso, ao sistema político e aos gestores públicos — pela resolução dos problemas enfrentados pela comunidade.

Nossa intervenção, no primeiro encontro, consistiu em pontuar os efeitos decorrentes da passividade das pessoas diante dos problemas sociais e individuais. A pergunta “Como estavam se organizando para enfrentar esses entraves?” gerou algumas respostas: “Agendamos várias reuniões com os vereadores” e “Todo mundo já conhece os problemas que enfrentamos”. As queixas já são, portanto, conhecidas pelos gestores públicos. O protesto, na forma de manifestação, teria como função engajar um maior número de pessoas da comunidade e atrair a atenção de jornalistas, a fim de gerar impacto. Neiva (2010) nos recorda que:

provocar algum tipo de mudança no sentido de desenvolvimento é o objeto fundamental da intervenção psicossocial. Mas, mudança alguma pode ocorrer sem que a necessidade de mudança seja primeiramente percebida e sentida pelo grupo. Ninguém muda sem ter consciência e desejo de mudar (p.17).

É importante considerar que o modelo de sociedade brasileira, reprodutor de segregação, contribui para a produção do sofrimento ético-político, remetendo à falta de dignidade humana, e deve ser analisado a partir da dialética exclusão/inclusão dos sujeitos. Esse recorte epistemológico busca superar certos usos moralizadores e normatizadores de categorias científicas que culpabilizam o indivíduo por sua situação social, legitimando, assim, as relações de poder (Sawaia, 2010).

A exclusão, entendida como sofrimento de diferentes características, recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder a dimensão coletiva. Dessa forma, fortalece o sujeito, sem retirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, vividas como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Contudo, ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de superá-la sozinho. O indivíduo sofre, mas a gênese desse sofrimento não está nele, mas, sim, nas intersubjetividades socialmente delineadas (Sawaia, 2001).

As queixas declaradas pelas participantes sobre o funcionamento do sistema de transporte e saúde levam à produção de vulnerabilidade em seu componente programático. Como mostrou Ayres et al. (2003), este tipo de vulnerabilidade é produzido pela insuficiência dos serviços em prover esforços programáticos voltados a dirimir os problemas pelos quais teriam, *a priori*, o objetivo de solucioná-los.

Embora a adesão ao protesto tenha sido pouco significativa e a comunidade se encontre polarizada quanto ao papel dela e do poder público, parte dos sujeitos envolvidos no *Ateliê de Conversa* compreende que as ações individuais em prol da coletividade devem integrar um processo em busca das transformações sociais almejadas. Góis (2008) enfatiza a necessidade de mobilização social como componente do controle social e ressalta que o esforço coletivo em prol do desenvolvimento de uma cidade não é simples nem linear, exigindo a integração comunitária para superar a pobreza. Dessa forma, a participação e a mobilização sociais locais constituem processos essenciais ao desenvolvimento da cidade e, consequentemente, da comunidade.

Retomando o enunciado “a comunidade está esquecida pela prefeitura” e a não aderência da comunidade, como um todo, no ato público de manifestação, podemos, juntamente a Freire (2023) apontar a necessidade de “defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas” (p. 73). Nesse sentido, sem a capacidade de reconhecer as contradições estruturais de desigualdades, resta o esvaziamento e o desencantamento como marcas da falta de reflexão, que expropria a esperança de lutar coletivamente por maiores transformações.

A Controversa “Herança” que os Adultos Transmitem às Crianças

Durante o segundo encontro, mães e tias relataram que não tiveram “oportunidade de estudo” na infância e que não gostariam que seus filhos/sobrinhos tivessem aquelas mesmas dificuldades e experiências enfrentadas por elas, as quais geraram diversos obstáculos. Embora a comunidade na qual residem esteja marcada pela vulnerabilidade programática, como discutimos anteriormente, podemos observar atitudes proativas das mães, como é o caso de Conceição: “Eu acordo meus filhos cedo, todos os dias, pra ir pra escola”. Mesmo enfrentando outras jornadas, como o trabalho como diaristas, além da dificuldade no que se refere ao deslocamento, elas também contam que se esforçam para levá-los, diariamente, à escola. Consciente das condições concretas da existência, relata: “Com estudo está difícil, sem estudo está pior”. Este último enunciado mostra a percepção das participantes acerca das desigualdades sociais e da precariedade material.

A falta de acesso à escolarização formal, portanto, de acordo com os relatos, aparece como obstáculo importante na busca do emprego formal com direitos trabalhistas garantidos. “Eu digo aos meus netos que tem que plantar hoje para colher no futuro”, declarou Adélia (69 anos, analfabeta funcional), uma avó que participou dos encontros porque a sua filha trabalhava como doméstica. Ao mesmo tempo, foi possível perceber a consciência de que a educação seria um meio gerador de oportunidades para elas, como algumas mulheres puderam relatar: “A educação abre portas”. “Eu quero que eles estudem para ter um futuro melhor para eles”. Adélia conclui: “É o futuro que eu desejo que estou incentivando aos meus netos. Que eles vejam as sementes que eles plantaram”.

Especificamente, dois aspectos despertaram a nossa atenção nessa roda. O primeiro era o fato de que estávamos vivendo, durante aquele projeto, situações de violência generalizada e disseminação do medo nas escolas, em vários estados. O segundo era a preocupação unânime dos responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes de poder garantir, independentemente das circunstâncias, a presença deles nas atividades do projeto, da creche e da escola, pois, como relatou Virgínia (54 anos, analfabeta funcional): “Não tive herança nenhuma”. Dito de outro modo, sem recursos financeiros e materiais e uma existência precária marcada por abandono, aquela jovem mãe teve que enfrentar diversos obstáculos.

Retornando às cenas de violência enfrentadas no Brasil naquele período, as participantes do projeto de extensão compartilharam seus sentimentos de insegurança em relação aos massacres ocorridos nas escolas. Apesar de todo o receio e toda a ansiedade gerados pelas notícias, algumas mães, como Clarice, manifestaram: “Ela [filha] vai pra escola porque ninguém sabe o dia que vai acontecer [um massacre]. A educação em primeiro lugar e o amor [da mãe]”. Durante a exposição deste relato, Clarice declarou que foi criticada por suas vizinhas, que estavam temerosas e decidiram não levar os filhos para a escola. Apesar do pânico generalizado, não havia consenso entre as mães. Para uma “a escola era mais segura”. Para outra, interrogava: “Como é seguro, se qualquer um entra?”. Atenta aos desafios enfrentados pelas diversas escolas e a onda de violência, Cecília (43 anos, analfabeta funcional) se posicionou: “Hoje o que mais está tendo é criança morta de bala perdida dentro da escola”.

Ao contrário da ideia geralmente disseminada de que crianças que vivem na periferia recebem pouca atenção dos adultos, no que se refere ao processo de escolarização, é possível observar, a partir de alguns relatos, uma postura ativa de algumas mães, como Conceição, em relação aos estudos dos filhos: “Eu sempre pergunto ao meu filho, quando chega em casa, como foi o dia dele na escola”. Cora (36 anos, analfabeta funcional), muito entusiasmada, declarou: “Eu coloco no colo, abraço e pergunto se tem atividade da escola”. Percebemos que as declarações eram proferidas com certo nível de emoção, uma vez que a relação atual com os filhos remetia à história de origem e às privações enfrentadas pelas gerações anteriores.

Nesse sentido, durante essa atividade, apresentamos um relato inspirador, mas também com desafios, do autor Lázaro Ramos, que compartilhou a sua trajetória de vida. O autor iniciou a reportagem relatando o seguinte: “Não nascer herdeiro de dinheiro e de rede de relações no futuro lhe roubará um tempo precioso”. O texto completo pode ser acessado na “@revistatrip” (2023), por meio do Instagram. Além disso, expomos, de forma breve, episódios do filme “O menino que descobriu o vento”. Em ambos, apesar das condições materiais concretas da existência que limitavam a vida, encontramos histórias inspiradoras.

Ao ilustrar o ator Lázaro Ramos e o seu depoimento, buscamos formas de identificação com os relatos das mães sobre as suas preocupações genuínas com o futuro dos filhos, com a falta de capital cultural e com a necessidade de engajamento e implicação dos adultos na vida das crianças. No excerto do autor, destacamos que a precariedade das condições materiais pode, de fato, limitar as possibilidades de acesso e a igualdade de condições para que os adolescentes, ao se tornarem adultos, possam disputar o tão sonhado futuro reiterado pelas participantes, conquistando reconhecimento no pacto social. Como sintetizou Cora: “Eu quero que ele seja um alguém”.

Reconhecemos que, quando a injustiça, a exploração e a repressão se tornam moeda corrente, a vida cotidiana se transforma em um pesadelo. No Brasil, a experiência diária de uma interminável “hostilidade” social faz da “cidadania” uma ideia natimorta. Dessa forma, ficamos à deriva, fixados apenas no *slogan*: “Brasil, o país do futuro”. Nesse enunciado, há uma promessa implícita, mas que suspende a necessária implicação subjetiva de cada indivíduo para efetivar a Pólis em ato. Assim, as injustiças praticadas no cotidiano não se transformam em liberdades celebradas. A tão sonhada justiça social não constitui um sonho performativo de nossa vida social, na verdade, pode-se afirmar que ela não passa de um acerto de contas teatral entre oprimidos e opressores. Nosso *slogan* imaginário, projetado no futuro, usurpa a potestade do sonho de justiça, funcionando como uma simples miragem anestésica no deserto da exploração cotidiana (Sena & Lajonquière, 2020).

Quando nos reportamos às preocupações concretas dos pais em relação ao futuro dos filhos, apesar dos diversos obstáculos enfrentados na experiência da vida cotidiana, podemos observar um desejo de transmissão do que Julien (2000) chamou de “a lei do bem-estar”. Os direitos dos filhos nascem com o dever dos pais e da sociedade em poder assegurar o bem da geração seguinte. Conclui: “segurança, proteção, prevenção, assistência, tais são as palavras-mestras do discurso social sobre a família” (p. 23). Assim, embora as participantes tenham declarado que estavam desprovidas de heranças patrimoniais das famílias, podem transmitir outras “heranças” para seus filhos, a saber: o desejo de romperem com ciclos de pobreza, violência geracional e racismo perpetrado historicamente.

A relação com os filhos atravessada pelo racismo

As rodas de conversa, ao possibilitarem o compartilhamento de diversas experiências sobre o futuro dos filhos, também abriram espaço para que as vivências das mães em torno do racismo, por elas enfrentado, encontrassem acolhimento. Os desafios do racismo aparecem, inicialmente, durante a prestação de serviços informais, como o de diarista. De modo geral, as formas de enfrentamento são particulares e dependem de um conjunto de fatores, sobretudo quando a mãe é solo, não contando com uma rede de apoio e dependendo das diárias para garantir a sobrevivência.

A jovem mãe negra, que chamamos de Cora, trabalhava como diarista e narrou ter sido vítima de racismo em uma situação de maus tratos da proprietária da residência – sua “patroa”, que, descontente com uma faxina, afirmou: “não sabe fazer porque é negra”. Cora relatou no grupo que a subjugação era recorrente: “Ali era um ambiente de humilhação. Eu queria botar ela na justiça, mas por ela [a patroa], por ser de porte alto [branca e classe média] e eu de porte baixo [de origem pobre], ia ser a palavra dela contra a minha”. Enquanto expunha seu drama, os demais participantes do grupo se emocionaram. Cecília perguntou: “Por que você continuou no trabalho?” Cora lhe respondeu: “Eu tinha que pagar o financiamento da minha casa e morava sozinha com meus filhos”. Pode-se observar que a decisão pela saída ou a permanência no trabalho como diarista não é uma tarefa simples, pois a baixa escolaridade, as dívidas financeiras, dois filhos ainda crianças dependentes dela, a ausência da pensão alimentícia e outros direitos violados contribuíram para a sujeição de Cora à patroa.

Outras mães manifestaram que também já foram vítimas de racismo como diaristas. Simone, a jovem que tinha 25 anos, declarou que, ao responder rispidamente à sua patroa, que lhe chamou de “sua negrinha”, foi “demitida”. Essa jovem senhora olhou para Cora e lhe disse:

Eu não aguento mais desaforo. Acho que eu ia sair logo do emprego. Mas, antes, eu ia falar umas coisas para minha patroa. Uma vez uma patroa me chamou ‘sua negrinha’ e eu disse um bocado de coisa pra ela, porque, às vezes, neguinha não é ofensa. Mas é como a pessoa fala com a gente. Tom de pele não quer dizer nada. Larguei o emprego. Não aceito humilhação (Relato da participante Simone, 2023).

Este segundo relato pode ser contextualizado. Primeiramente, os diversos usos da palavra “neguinha” podem ser vistos como um adjetivo, uma forma carinhosa a ser praticada na gramática da vida cotidiana, a tal ponto de a participante mostrar que tem repertório interpretativo para fazer distinções. Segundo, a saída de um trabalho, ainda que informal, por motivos de humilhação, só foi possível porque a jovem contava com uma rede de apoio: seu esposo era assalariado e ainda recebia ajuda financeira da mãe, que convivia com a família.

Cora, depois de ter escutado outros testemunhos e superações, declarou que, atualmente, prestava trabalho como diarista, em uma nova casa, na qual morava uma jovem, profissional liberal, muito atenciosa, respeitosa e gentil. O relacionamento de trabalho era baseado no diálogo, no interesse da parte da patroa e no cuidado entre ambas. Cora mostrou que, dessa vez, sentia-se até tímida quando sua patroa lhe convidava para tomarem café juntas.

Ademais, as diferentes experiências compartilhadas sobre o racismo encorajaram Cora a conversar com um dos seus filhos, uma criança de nove anos, que, segundo ela, apresenta algum problema de autoestima. O garoto enfrentava dificuldades na escola, pois às vezes sentia que era tratado de forma diferente dos demais colegas. Cora narrou como era o tratamento oferecido ao filho em casa:

quando ele [filho] chega da escola, eu chamo ele de meu pretinho para ele saber que é preto e não se ofender com isso. Eu ensino a forma como ele deve receber a crítica e depois julgar. Porque cor de pele não quer dizer nada. O que o branco pode, negro também pode. Se Deus me deu meu pretinho, também me deu meu amarelinho [segundo filho, cor pardo]. Mas, se tocar nos meus filhos, é como as abelhas que saíram da casa. Tudo que a gente fala dentro de casa, eles aprendem (Relato da participante Cora, 2023).

Os relatos são, por um lado, comoventes, por outro, mostram também as iniciativas e posturas ativas dessas mulheres do grupo que não se silenciam e conseguem, cada uma à sua maneira, posicionarem-se ativamente diante de situações humilhantes e constrangedoras. Como declarou Clarice: “Uma vez já me perguntaram, só porque eu sou negra, se eu era babá de minha filha”. Durante a conversação, o que despertou a atenção foi o fato de que o racismo, de acordo com aquelas mulheres, não poderia ser mais naturalizado. Finalizamos esse encontro retomando um enunciado potente: “Cor não quer dizer nada. O que branco pode, negro também pode”, conforme declarado por Cora.

Nesse excerto, a participante buscou demarcar a hierarquia histórica entre o negro e o branco e suas formas de submissão. Embora Cora tenha enunciado que a cor não pode reduzir o humano, pois todos são iguais em termos de direitos, ainda assim, a diferença entre classes, sobretudo quando se refere ao trabalho doméstico realizado por mulheres negras, de origem familiar de baixa renda, está atravessada por diversos estereótipos. Nesse sentido, Bento (2022) mostra que “o universo das trabalhadoras domésticas é o que mais concentra mulheres negras no Brasil” (p. 80). Acrescenta, a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do ano de 2019, que cerca de 6,2 milhões de pessoas do país tinham como ocupação o serviço doméstico remunerado.

Conforme destacou Almeida (2021) “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (p. 63). Nas palavras desse mesmo autor, o racismo é estrutural.

Concordamos com Ribeiro (2019) quando afirma ser fundamental que pessoas brancas também sejam implicadas e busquem compreender os mecanismos pelos quais o racismo opera, pois também o reproduzem, acreditando estarem imunes.

As Famílias e os Filhos Diante das Cenas de Violências

As temáticas das violências generalizada e sexual e o preconceito em relação à população LGBTQUIAPN+ vieram à tona nas rodas de conversas como aspectos que geravam receios em relação ao futuro das crianças. O disparador para compartilhar essas experiências mais íntimas e viscerais ocorreu depois de um relato feito por Bell, uma jovem senhora que estava morando naquela comunidade há 6 meses e que era assistida pelo Projeto “Construindo o Amanhã”. Bell declarou: “Deixei minha casa [antigo endereço] por causa da violência. Hoje divido um vão com oito pessoas. É um pouco difícil, mas, pelo menos, todo mundo tá vivo”. Neste relato, a participante faz menção à perda de sua antiga residência em um conjunto habitacional popular, localizado em uma área de vulnerabilidade social e risco, na região do subúrbio. Em razão da insegurança, mudou-se para aquela nova comunidade, que também tinha seus próprios desafios e enfrentava vulnerabilidade programática. Embora Bell estivesse vivendo em condições insalubres, em apenas um cômodo, sentia-se segura naquela comunidade, pois contava com o apoio de uma instituição coordenada pelas freiras, onde, por exemplo, os seus filhos tinham acesso à alimentação, ao reforço escolar e às atividades esportivas.

O significativo violência, destacado por Bell, foi um disparador, visto que se sucederam outros relatos de mulheres que se sentiam inseguras quanto ao futuro das crianças e adolescentes. De acordo com relatos, elas sofreram, em suas famílias de origem, situações de violência sexual. Uma senhora, avó, chamada Virgínia, narrou que tinha adquirido a guarda das duas netas vítimas de abuso sexual. Assim declarou, comovida: “Minhas netas foram abusadas pelo padrasto dessas crianças. Eu peguei ele numa das situações onde ele abusava da menor. Eu não sei como ela aguentou o peso do corpo dele. Ela era bem pequena”.

Acrescentou que as crianças conversavam com ela [avó] e com a mãe sobre os abusos, até que, finalmente, o padrasto foi preso, denunciado pela avó materna. Virgínia dizia que sempre alertava a filha (mãe das crianças) sobre o que estava acontecendo e que ela parecia ser conivente com tudo. Disse, mostrando indignação: “Ela levou uma criança no médico. Mas se tivesse levado todas, quem tinha ficado presa era ela”.

À medida que circulava a palavra, Lygia, outra participante, ainda comovida com a história anterior, relatou como lidou com o abuso sexual sofrido por sua filha, que tinha três anos naquela época. “Ela [filha] me contou com detalhes. Enquanto eu dava banho, ela dizia que tava doendo [a parte íntima]. Eu achava que era da fralda. Na época ela usava fralda. Depois eu fui perguntando: ‘Quem te deu banho, mãe?’ Ela foi dizendo, até que chegou no nome de uma pessoa. Eu disse, não! Ele não pode te dar banho”. E a menina continuou detalhando para a mãe como ocorriam os abusos: “Ela disse em detalhes, ‘ele fez assim, assim e assim’”. Quando denunciou o parceiro, foi acusada por sua família como conivente: “Eu não sabia de nada, eu estava trabalhando. É uma dor muito grande, ficamos fazendo acompanhamento com psicólogo por muito tempo, eu e ela”.

Nesses dois relatos, a violência sexual é praticada por pessoas que convivem diretamente com a criança, com as quais ela estabelece um vínculo de confiança naquele universo intrafamiliar. É muito comum o abusador exigir, sob a forma de ameaça, o silenciamento e o sigilo da vítima. Silva e Teixeira (2018) destacam que a violência, na forma de abuso sexual contra crianças e adolescentes, tem um grande potencial de dano físico e psicológico, persistindo ao longo da vida. Os abusos, considerando toda a sua complexidade e as suas repercussões, podem ser compreendidos como uma falha na função parental, ou seja, a criança não foi protegida dos excessos dos adultos – seja das tensões internas, seja das situações externas –, como é o caso da violência sexual. Nesse sentido, Virgínia e Lygia encontraram no ateliê um espaço seguro para narrar as suas experiências, mergulhadas ainda em medos, projeções e inseguranças quanto ao futuro das filhas, mas conscientes de suas responsabilidades.

No que diz respeito à população LGBTQUIAPN+, trata-se de outro tipo de violência que impacta o desenvolvimento psicológico do adolescente, reforçando, desse modo, preconceitos que circulam no imaginário social, criando, assim, obstáculos na relação entre pais e filhos. Enquanto Ágata escutava os relatos de violência acima descritos, levantou a mão e disse:

Esses encontros me ajudam a falar e a ouvir minha filha. Os encontros da quadra (referia-se ao projeto com os adolescentes que ocorria concomitantemente ao ateliê) ajudam ela a me contar as coisas em casa. Ela me disse que gosta de menina e eu achei bom ela ter me contado. Eu já sabia, mas foi bom ouvir dela. O pai dela não pode saber de jeito nenhum, porque ele é daqueles homens grosseiros [preconceito]. Eu amo minha filha de qualquer jeito e vou apoiar ela sempre. Eu estou aprendendo a saber como posso fazer para educar e apoiar a minha filha da melhor forma. Quero muito que ela seja alguém na vida.

Ágata compartilhou esse relato em um tom de esperança, pois engravidou ainda na adolescência e descreveu aquele período como marcado pelo enfrentamento de diversas vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, temia que sua filha repetisse a história da gravidez não planejada. Manifestou receio em relação ao esposo, considerado preconceituoso e que já havia feito declarações homofóbicas, não se sentindo plenamente segura para compartilhar com ele as decisões de sua filha.

Falleiros Braga et al. (2018) apontam que as formas de perpetuação de uma cultura heteronormativa sob a forma de violência contribuem para sancionar punições aos dissidentes da norma heterossexual. Nessa direção, adolescentes e jovens que não seguem a suposta linearidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais são subalternizados. Dessa maneira, tornam-se vulneráveis a diversos tipos de violências e preconceitos, tanto em espaços públicos quanto privados.

Nesse contexto, podemos inferir que os anseios das famílias não se restringem igualmente ao papel do Projeto “Construindo o Amanhã” em promover um espaço seguro para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes. Os anseios englobam, ademais, a “minimização” dos diversos efeitos de trajetórias de vulnerabilidade individual, social, programática e as diferentes nuances da violência intrafamiliar e institucional/programática a que estão todos submetidos.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos, por meio do relato da experiência em rodas de conversa, compreender os desafios da parentalidade no cuidado e na proteção de crianças e adolescentes atendidos por uma instituição sob a gestão de freiras. Eles vivenciam, cotidianamente, situações de vulnerabilidade individual, social e programática — em outras palavras, o sentimento de desamparo social. O encontro com essas famílias possibilitou-lhes a oportunidade de relatar, de forma franca, em um ambiente seguro e acolhedor, suas experiências, dilemas e, ao mesmo tempo, refletir sobre pequenas conquistas junto aos filhos e netos, por vezes não valorizadas, mas legitimadas e reconhecidas durante a conversação. Ao instituímos um lugar de fala, tornou-se possível o exercício da cidadania por meio da função política da palavra.

Em síntese, a realização do *Ateliê de Conversa* foi marcada por diversos desafios. A princípio, para a nossa equipe, foi possível colocar os estudantes de Psicologia em contato com populações vulneráveis e com relatos comoventes dos participantes, em uma instituição menos convencional, do ponto de vista de nossos modelos clássicos de intervenções. Ademais, foi uma oportunidade para poder articular as dimensões teórica, técnica e metodológica, além disso, ocorreram “improvisos” em situações inesperadas. Em nossa autoavaliação, as estudantes declararam o desafio de aproximar-se da realidade das pessoas e observar como lidam com as vulnerabilidades sociais e a violência naturalizada. Somado a isso, poder escutar relatos de violências e o fato de serem jovens mulheres evocavam muitos sentimentos, entre eles, a empatia, a impotência e a identificação, mas também as possibilidades da escuta, pois o ato de falar mostrou o seu potencial terapêutico, por meio dos *feedbacks* que recebemos das participantes do projeto.

Portanto, a nossa intervenção tornou possível visualizar que, a despeito de todos os impasses já mencionados, as famílias ainda sonham com um futuro melhor para as crianças e adolescentes. Tão marcante quanto os desafios pessoais de encarar a naturalização e o silenciamento das macro e microviolências, foi o impacto da percepção acerca da força coletiva no enfrentamento e na resistência às adversidades. No entanto, considerando o recorte temporal da intervenção, não dispomos do tempo necessário para trabalhar com o grupo a mobilização social para enfrentarem, de forma mais organizada e politizada, a vulnerabilidade programática, que direta e indiretamente também afeta o pleno desenvolvimento das ações que vêm sendo desenvolvidas pela instituição.

Referências

- Almeida, S. (2021). *Racismo estrutural*. Jandaíra.
- Ayres, J. R. C. M., França, I. Junior., Calazans, G. J., & Saletti, H. C. Filho. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: Novas perspectivas e desafios. In D. Czeresnia, & C. M. Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (pp. 117-139). Fiocruz.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Dunker, C. I. L. (2020). Economia libidinal da parentalidade. In D. Teperman, T. Garrafa, & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (Coleção Parentalidade & Psicanálise, pp. 39-54). Autêntica.
- Falleiros Braga, I., Dos Santos, M. A., Silva Farias, M., Carvalho Ferriani, M. D. G., & Iossi Silva, M. A. (2018). As múltiplas faces e máscaras da heteronormatividade: Violências contra adolescentes e jovens homossexuais brasileiros. *Salud & Sociedad*, 9(1), 52-67. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6755333>
- Freire, P. (2023). *Pedagogia do oprimido*. (86ª ed.). Paz e Terra.
- Góis, C. W. L. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. Hucitec.
- Góis, C. W. L. (2012). *Psicologia Clínico-Comunitária*. Banco do Nordeste.
- Iaconelli, V. (2020). Sobre as origens: Muito além da mãe. In D. Teperman, T. Garrafa, & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (Coleção Parentalidade & Psicanálise, pp. 11-20). Autêntica.
- Julien, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Campo Matemico.
- Klautau, P. (2017). O método psicanalítico e suas extensões: Escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 20(1), 113-127. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n1p113.8>
- Neiva, K. M. C (2010). O que é Intervenção Psicossocial? In K. M. C. Neiva (Orgs.), *Intervenção Psicossocial: Aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas* (pp.13-24). Vetor.
- Neves, B. S. D. C. (2021). *Uma compreensão psicanalítica da relação entre a mãe e o bebê em situação de pobreza e vulnerabilidade social: Um estudo a partir dos indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará]. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59975>
- Pereira, M. R. (2020). A psicanálise que praticamos na educação e seus possíveis equívocos. In R. Voltolini, & R. Gurski (Orgs.), *Retratos da pesquisa em Psicanálise e Educação* (pp. 45-62). Contracorrente.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Editora Escuta.
- Rosa, M. D. (2020). Passa anel: Famílias, transmissão e tradição. In D. Teperman, T. Garrafa, & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (Coleção Parentalidade & Psicanálise, pp. 23-38). Autêntica.

- Sawaia, B. (2001). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 96–118). Vozes.
- Sena, I., & Lajonquière, L. de. (2020). Psicanálise e laço social: Democratização e segregação na educação. *Estilos Da Clínica*, 25(3), 358-361. <https://revistas.usp.br/estic/issue/view/11609>
- Silva, R. A., & Teixeira, L. C. (2018). Adolescência e o traumático: Sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito. *Revista Subjetividades*, 17(3), 92–103. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.6955>
- Tafuri, M. I., Zavaroni, D. L., Varella, M. D. R. D., Ribas, M. C. D. C., Schauder, C., França, J., Kollar, R. D. F., & de Souza, L. A. P. (2015). Tornar-se pai: Uma inquietante estranheza familiar. In M. I. G. Conceição, M. I. Tafuri, & D. S. Chatelard (Orgs.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 2, pp. 63–73). Technopolitik.
- Teperman, D. (2020). A parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In Teperman, D., Garrafa T., & Iaconelli, V. (orgs), *Parentalidade* (Coleção Parentalidade & Psicanálise, pp. 89-108). *Autêntica*.

Como citar:

Sena, I. de J., Ribeiro, L. N., Lima, C. R. de S., & Almeida, A. P. A. F. (2025). Os Desafios da Parentalidade em Contextos de Vulnerabilidade Social: Intervenções na Comunidade. *Revista Subjetividades*, 25(Esp.), e15130. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25iEsp.e15130>

Endereço para correspondência:

Isael de Jesus Sena
E-mail: isael.sena@pro.ucsal.br

Lorena Nascimento Ribeiro
E-mail: lorena.ribeiro@ucsal.edu.br

Camila Ramos de Souza Lima
E-mail: crdsl1998s@gmail.com

Anna Paula Azevedo Ferreira Almeida
E-mail: contato.azevedoa@gmail.com



Recebido em: 26/03/2024.
Aceito em: 12/10/2025.